

O PAPEL INFORMACIONAL DO GESTOR ESCOLAR EM PROCESSOS ESCOLARES: REFLEXÕES CONCERNENTES AO EXEMPLO DA TEMÁTICA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS.

Victor Nathan Fontes Silva (1); Heike Schmitz (2); Antônio Vital Menezes de Souza (3)

(1) *Universidade Federal de Sergipe, victornfs1990@gmail.com;* (2) *Universidade Federal de Sergipe, hs.contato.ufs@gmail.com;* (3) *Universidade Federal de Sergipe, a.vmsouza@yahoo.com.br.*

Resumo: A discussão sobre diversidade sexual e de gênero ganhou visibilidade nacional em 2014 quando o Congresso Nacional retirou a temática gênero do Plano Nacional de Educação. Em seguida iniciou-se o debate se os Estados e Municípios, ao elaborarem seus próprios Planos, também eliminariam a discussão dos referidos temas em âmbitos estaduais e municipais. Doze estados optaram pela retirada da temática, entre eles Sergipe. O Plano Nacional, como também o Plano Estado da Educação, compreende-se como um norte no planejamento estratégico educacional, contudo, não significa uma obrigação para as escolas de abrir mãos de outros objetivos e metas, por elas estabelecidas. O presente estudo tem a finalidade de analisar como o gestor, no seu papel informacional, contribui para que a discussão do tema diversidade sexual e de gênero em âmbito da instituição do ensino. O foco aqui é uma reflexão sobre o papel informacional do gestor a respeito, mas também foram realizadas, para uma sondagem inicial, entrevistas com gestores de três escolas, localizadas no Município de Aracaju/SE. Como principal resultado consta-se que: (a) os gestores apesar de terem conhecimento da importância do debate do tema e da sua presença no cotidiano não tiveram a iniciativa de buscar parceiros extraescolares que o tratem pedagogicamente; (b) o debate pedagógico sobre o tema tem proporções bem tímidas, sendo tocado em eventos anuais ou a partir das inquietações ou problemas de violência ocasionados pelos alunos; (c) o tema é levado para debate em situações pontuais não havendo um preparo pedagógico elaborado neste sentido.

Palavras-chave: Diversidade, Gestor Escolar, Papel Informacional.

Introdução

A discussão sobre diversidade sexual e de gênero ganhou visibilidade nacional em 2014 paradoxalmente quando o Congresso Nacional retirou a temática gênero do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. O texto que havia sido inicialmente aprovado pela Câmara dos Deputados definia como uma das diretrizes do PNE a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Após um intenso debate, o texto aprovado pelo Congresso Nacional, e que hoje se encontra no referido Plano (art. 2º, III), excluiu as temáticas gênero e orientação sexual passando a dispor como uma das diretrizes do PNE a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Ficou decidido pelo Congresso Nacional que os Estados e Municípios deveriam refletir ao elaborarem seus próprios Planos se também eliminariam ou manteriam a discussão dos referidos temas.

A retirada dos termos ‘promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’ foi, conforme Milena Carvalho, resultado da pressão de grupos de interesses conservadores e religiosos. No site do Instituto da Mulher Negra GELEDÉS¹ Carvalho argumenta que eles representam a posição de que os educadores estariam deturpando os conceitos de homem e mulher ao tratarem dos temas, bem como, que referida discussão seria responsabilidade dos pais e não da escola.

Num levantamento realizado pela organização não governamental “De olho nos Planos” observou-se que dos 25 estados brasileiros que sancionaram seus Planos Municipais, 13 incluíram menções ao termo gênero². Os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro até o presente momento, 06 de março de 2018, não aprovaram seus Planos Estaduais de Educação, os quais estão, segundo o Ministério de Educação (MEC), respectivamente, com projeto de lei enviado ao legislativo e com documento-base elaborado³.

O termo gênero não foi incluído nos Planos Estaduais de Educação (PEE) dos estados do Acre e Tocantins (região Norte), Goiás (região Centro-Oeste), São Paulo e Espírito Santo (região Sudeste), Paraná e Santa Catarina (região Sul), Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e Sergipe (na região Nordeste). De modo que, a Lei Estadual de Sergipe nº 8.025 de 2015, em seu artigo 2º, inciso III converge com a literalidade do mesmo artigo e inciso do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

O Plano Nacional de Educação como também os referidos Planos de Educação ao nível de Estados e Municipais, são nortes para o planejamento estratégico das redes de ensino, estabelecendo objetivos, metas e estratégias. No entanto, eles não obrigam os Estados ou Municípios de abrir mão de outros objetivos e metas, por eles estabelecidas. Isso também vale para as escolas. A instituição escolar, os atores nela atuantes, precisam contribuir ao rumo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação e o Plano da Educação da sua rede mantenedora, no entanto, pode sobressair ou ampliar os objetivos e metas por eles formulados. Isso cabe a autonomia da proposta pedagógica da escola.

Ciente que o referido tema não está explicitamente incluído no Plano Estadual de Educação deste estado, inquietou-se, com a questão como a escola pretende tratar a diversidade sexual e de gênero.

¹ CARVALHO, Milena. Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador/>>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

² SALGADO, G. M. Maioria dos planos estaduais de educação aprovados incluem referência à igualdade de gênero. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

³ SITUAÇÃO dos Planos de Educação. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao/>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

Assim, o presente estudo teve como objetivo inicial sondar como a diversidade sexual e de gênero está sendo tratada em escolas da rede estadual de Sergipe por meio de uma revisão de produções acadêmicas e da literatura científica a respeito. Focaliza-se no papel do gestor escolar, especialmente no seu papel informacional. Além disso, buscou-se enriquecer a reflexão aqui feita sobre o tema proposto também com uma primeira sondagem de experiências práticas. Para isso realizou-se, inicialmente, uma entrevista semiestruturada⁴ com o gestor escolar em duas instituições de ensino da rede estadual, as quais foram escolhidas por estarem tratando de forma pedagógica a diversidade sexual e de gênero. Além disso, foi realizada a entrevista com gestor também no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, tendo em vista que este possui a finalidade de experimentar práticas pedagógicas. Perguntou-se a esses gestores sobre o que poderia ser feito por parte da gestão escolar para que a temática possa ser devidamente tratada por meio de processos de ensino e aprendizagem. Neste sentido, devidamente quer dizer aqui: o tema pedagogicamente trabalhado pelo corpo docente e aplicado como objeto de ensino, em sala de aula.

O colégio B e C tem por volta de 500 alunos matriculados, já o colégio A é de porte maior. Vale aqui mencionar, que em nenhum dos colégios participantes existe aluno que utiliza do nome social⁵ nos registros escolares internos, conforme autorizado pela Resolução Normativa nº 1 de 2014 do Conselho Estadual de Educação de Sergipe.

A relevância desse estudo se deu através de um levantamento sistemático de produções acadêmicas, realizado no dia 08 de setembro de 2017 com a palavra-chave 'identidade de gênero', em dois bancos de dados: no Banco de Teses da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Referido levantamento teve a finalidade de verificar o que foi produzido neste sentido desde o ano de vigência do Plano Nacional de Educação, 2014, até o presente momento.

⁴ Por não seguir o objetivo de comparar as instituições de ensino aqui, optou-se por manter sua identidade em anonimato. Em visita no dia 02/10/2017 às 09h foi entrevistado o gestor da instituição de ensino, aqui identificado como GA, sem ter outras pessoas presentes. No dia 04/10/2017 às 14h ocorreu a entrevista com gestor GB e no dia 10/10/2017 às 15h com o Gestor GC. Nessas últimas também não houve interrupções.

⁵ Em Sergipe existem normas municipais que regulamentam a utilização do nome social por pessoas trans como é o caso da Lei Municipal nº 3.963 de 2010. No âmbito da educação encontra-se a Portaria nº 2209 de 2013 e a Resolução Normativa nº 1 de 2014, as quais dispõem, respectivamente, sobre o uso do nome social nos registros acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe e sobre a inclusão do nome social dos transgêneros nos registros escolares internos das instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. Deve-se ainda citar a Lei Estadual nº 7.383 de 2012 que pune toda e qualquer forma de discriminação, prática de violência ou manifestação que atente contra a orientação sexual da pessoa homossexual, bissexual, travesti ou transgênero.

No Banco de Teses e Dissertações da CAPES foram encontradas 03 pesquisas que tratavam do tema diversidade sexual e de gênero na escola. Para o levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações a busca foi vinculado a palavra ‘escola’, no recorte temporal de 2014 a 2017. Assim foram encontradas 07 pesquisas.

Destaca-se o trabalho de Silva (2015) que analisou as concepções de gestores escolares e Rocha (2015) que analisou a formação pedagógica e as políticas públicas referentes a temática. Bem como, o trabalho de Coelho (2014) que analisou os sentidos atribuídos por professores de Ciências e alunos à diversidade sexual. No entanto, vale mencionar que esta última além de não levar em consideração o papel do gestor escolar foi realizada antes da vigência do Plano Nacional de Educação de 2014. A pesquisa de Coelho (2014) é um estudo qualitativo em que foram utilizados questionários, entrevistas, produção de textos, análise documental e a técnica de grupo focal para a coleta de dados. De modo geral, nesta pesquisa percebeu-se que os alunos caracterizam a população LGBT como estranhos, mesmo acreditando que devem respeitar as escolhas pessoais. As travestis foram declaradamente repudiadas, já a homossexualidade e bissexualidade são aparentemente mais aceitas. Os professores reconhecem as identidades LGBT e o preconceito existente contra esses indivíduos.

Por se tratar de um estudo realizado no Estado de Sergipe vale mencionar explicitamente a pesquisa de Oliveira (2016), a qual analisou discursos sobre corpo, gênero e sexualidade numa pesquisa realizada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS). Pretendeu, como principal questão norteadora, compreender quais discursos perpassam as temáticas gênero, corpo e sexualidade no CODAP/UFS. O autor utilizou a como técnica de coleta de dados entrevistas realizadas no CODAP/UFS, com treze participantes, incluindo docentes, discentes e psicóloga. As análises dos dados mostraram que os discursos, biológico, religioso, pedagógico, científico, moralista, atravessam as falas dos participantes sobre as temáticas de gênero, corpo e sexualidade, produzindo representações que tanto se submetem quanto subvertem a heteronormatividade presente no CODAP/UFS.

Observou-se, portanto, que nenhuma das pesquisas restantes tratou explicitamente do objeto que está sendo discutido no presente trabalho, qual seja, como a gestão escolar providencia condições para que a temática diversidade sexual e de gênero possa ser tratada devidamente na escola. Assim, esta pesquisa toma como ponto de partida os papéis do gestor analisados por Henry Mintzberg (1990), confrontando-o com outros autores.

Mito sobre o trabalho do executivo

Henry Mintzberg (1990), observando as atividades cumpridas por cinco executivos de diferentes nacionalidades dentro de organizações de diversos ramos, inclusive um do sistema escolar, desmistifica a imagem de executivo que se estabeleceu por Henry Fayol, de que este tem a função de planejar, organizar, coordenar e controlar. Mintzberg coloca a concepção de Fayol a prova afirmando que essas quatro ações dizem muito pouco sobre o que os executivos fazem na prática. Assim, Mintzberg apresenta uma descrição baseada na observação do cotidiano do trabalho administrativo exercido pelo executivo utilizando um método chamado de “*structural observation*”. Neste método Mintzberg analisou, durante um período intensivo de uma semana para cada executivo, vários aspectos de cada correspondência e contato verbal.

Henry Mintzberg confronta, portanto, alguns dos mitos sobre o executivo relacionando com as descobertas feitas em sua pesquisa. O primeiro mito se refere a concepção de que afirma que “*the manager is a reflective, systematic planner*”⁶, no entanto, aponta Henry Mintzberg que os executivos trabalham em um ritmo inexorável e que suas atividades se caracterizam pela brevidade, variedade e descontinuidade, não apresentando, assim, inclinações para a reflexão. Com relação ao segundo mito do trabalho executivo tem-se que “*the effective manager has no regular duties to perform*”⁷. Também este mito não se sustenta, tendo em vista que parte significativa do trabalho administrativo envolve a execução de uma série de deveres rotineiros, incluindo rituais e cerimônias, negociações e processamento de pequenas informações que ligam a organização a seu meio ambiente, como afirma Mintzberg (1990).

O terceiro mito refere-se a crença de que “*the senior manager needs aggregated information, which a formal management information system best provides*”⁸, entretanto, os executivos no seu cotidiano utilizam-se de quatro mídias para processar as informações, são elas: documentos, telefonemas, reuniões e inspeções de observação. No âmbito da práxis, a noção de comunicação tende a ser simplificada para dar conta das ideias de urgência e economia (BALDISSERA, 2008). No concernente ao quarto mito tem-se a afirmação de que “*management is, or at least is quickly becoming, a science and a profession*”⁹. Segundo Mintzberg (1990), sob qualquer definição de ciência e profissão tal afirmação era falsa.

⁶ O executivo é um planejador sistemático e reflexivo.

⁷ O verdadeiro executivo não executa tarefas de rotina.

⁸ Os principais executivos necessitam de informações agregadas, que podem ser melhor obtidas através de um sistema formal de informações gerenciais.

⁹ A administração é, ou pelo menos está se transformando rapidamente, em ciência ou profissão.

Posteriormente, sintetiza Henry Mintzberg as características encontradas nos executivos, através de sua pesquisa, na descrição de dez papéis que parecem exprimir o conteúdo essencial do seu trabalho. Dessa forma, a autoridade formal dá origem a três papéis interpessoais (imagem do chefe, líder e contato), que originam três papéis informacionais (monitor, disseminador e porta-voz), de maneira que esses dois grupos de papéis capacitam o executivo a desempenhar quatro papéis decisórios (empreendedor, manipulador de distúrbios, alocador de recursos e negociador).

Papeis informacionais do gestor

Como nesta pesquisa são focados os aspectos informacionais do gestor escolar necessário se faz um esclarecimento sobre os papeis do monitor, disseminador e porta-voz. Segundo Mintzberg (1990), como monitor o executivo examina minuciosamente, e de forma permanente, o seu meio ambiente em busca de informações, interrogando seus contatos e seus subordinados, além de receber informações não solicitadas, em grande parte como resultado da sua rede de contatos pessoais. No concernente ao papel de disseminador, explica Mintzberg (1990), que o executivo transmite algumas das informações privilegiadas, colhidas a partir de seu papel de monitor, diretamente a seus subordinados que, de outra forma, não teriam acesso a elas. Já em seu papel de porta-voz, o executivo envia algumas de suas informações a pessoas não pertencentes a sua unidade.

Dessa forma, atuar como gestor, assumindo o papel informacional, requer novos discursos e posturas, pois esse papel vai além da produção, transmissão e recepção das informações (GENEROSO, 2016). Compreende-se, assim, que o gestor tem o poder, por meio da comunicação, de contribuir tanto para manter e/ou reforçar matrizes existentes como para transformá-las.

Assim, o presente estudo focaliza nos papéis informacionais do gestor escolar que contribuem no processo de ensino e aprendizagem do tema diversidade sexual e de gênero porque se tornam imprescindíveis, já que quando a sociedade se defronta com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições passam a ser exigidas à escola, e, conseqüentemente, sua função social tende a ser revista; seus limites e possibilidades, questionados (PENIN; VIEIRA, 2002). Isso implica, entre outro, uma necessidade de informação e comunicação, especialmente por a escola não ser apenas um lugar de transmissão de conhecimento cognitivo sistematizado de uma geração a outra. Ela também é um lugar onde se criam novos conhecimentos e uma cultura, a qual, por sua vez,

penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990).

O papel do gestor como monitor

Nesse caso, supõe-se que, por exemplo, uma possibilidade de levar o assunto para a sala de aula é a utilização de material pedagógico. Assim, cabe ao gestor escolar, no seu papel de monitor, buscar por instituições e órgãos, que podem fornecer aos professores informações ou até material (folhetos, banners, dados atuais) para enriquecer material didático escolar e fomentar o debate. Ademais, o trabalho de leitura crítica de mídias (jornal, notícias...) em sala de aula, também pode servir de debate institucional sobre a relevância e atualidade da temática.

No site eletrônico do Centro de Referências em Educação Integral¹⁰ encontra-se a indicação de treze filmes para debater a diversidade sexual e de gênero o que poderá estimular o corpo docente pensar em oportunidades pedagógicas como ‘Clube de Cinema’ ou ‘Clube de debate’, para tratar o tema de forma sistemática, porém, a partir de diversos ângulos. No cenário sergipano existem algumas personalidades e entidades que possuem domínio para tratar da discussão de gênero no ambiente escolar, a exemplo da ativista transfeminista Linda Brasil.

A parceria pode acontecer também com ONGs que estejam ligadas ao debate sobre diversidade sexual e de gênero, como é o caso da Associação das Travestis de Aracaju (UNIDAS) e da Associação Sergipana dos Transgêneros (ASTRA). Pode-se ainda citar os profissionais do Ambulatório Trans de Lagarto, o qual é vinculado a Universidade Federal de Sergipe, bem como a própria Universidade. O gestor pode ainda buscar estabelecer parcerias com algumas instituições para que se proporcione aos professores a oportunidade de realizar projetos pontuais ou contínuos, eventos educativos para os próprios colaboradores da instituição escolar. A capacitação dos funcionários mostra-se essencial para se atingir o objetivo maior, tornando uno o discurso da instituição escolar e de seus colaboradores.

Nas entrevistadas, todos os três gestores informaram que não há parceiros extraescolares que tratem pedagogicamente sobre o tema diversidade sexual e de gênero. Perguntados se tinham conhecimento de alguma instituição que pudesse ser parceira na discussão pedagógica desta temática, o Gestor C considerou um possível parceiro o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Infância e Juventude, o Gestor B mencionou o Movimento

¹⁰ MELO, D. 13 filmes para debater diversidade sexual e de gênero. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/filmes-para-debater-diversidade-sexual-de-genero/>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

de Mulheres Lésbicas de Sergipe, já o Gestor A afirma que deve existir alguma instituição para auxiliar neste debate, mas não tem conhecimento. No entanto, mesmo tendo ideias sobre possíveis parcerias, nenhum dos gestores tinha iniciado um contato para solicitar tal parceira.

O papel do gestor como disseminador

No seu papel de disseminador, cabe ao gestor transmitir para seus liderados informações privilegiadas que tem acesso pela sua função, mantendo sempre sua equipe informada sobre o andamento de eventos relacionados a diversidade sexual e de gênero. Através deste papel o gestor mantém sua equipe de professores e colaboradores em sintonia e atualizada sobre fontes nas quais possam buscar dados novos.

No meio acadêmico existem inúmeros eventos que tratam do tema diversidade sexual e de gênero, bem como grupos de pesquisa na área. Em âmbito local, mais especificamente na Universidade Federal de Sergipe, destacam-se os Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Educação. Um exemplo do exercício do papel disseminador é estar o gestor atualizado com a realização e participação nestes eventos para ter acesso ao que está sendo pesquisado de mais atual na área e trazer estas informações para sua equipe.

Neste caso, servirá o gestor como uma ponte entre a universidade (centro de pesquisas) e a escola, tendo em vista que por muitas vezes a participação dos professores e colaboradores em tais eventos torna-se impossibilitada pela jornada de trabalho. Assim como a Universidade Federal de Sergipe, o Estado de Sergipe e a Prefeitura do Município de Aracaju realizam eventos ¹¹ relacionados ao tema diversidade sexual e de gênero.

O papel do gestor como porta-voz

O gestor exerce o papel de Porta-voz quando comunica informações para pessoas que se localizam fora da organização, no caso, fora da escola. Assim, através de seu papel de porta-voz, deverá o gestor escolar levar esse debate para as pessoas que estão fora da instituição, em especial as famílias dos alunos. Esse movimento pode acontecer por meio de tópicos levantados nas reuniões de pais ou sendo marcadas reuniões para este fim específico, bem como através de semana temática, dia da escola de porta aberta, entre outras formas. A realização de atividades culturais, desportivas e de outra natureza entre a comunidade escolar em sentido estrito e amplo, também favorece o diálogo e colabora no estabelecimento de um clima de confiança e compreensão mútua (PENIN; VIEIRA, 2002).

¹¹ ASSISTÊNCIA inicia 1ª Semana Municipal da Cidadania LGBT de Aracaju. Disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=71868>>. Acesso em 10 de mar. de 2018.

Para que a comunidade e a escola possam caminhar de mãos dadas para uma educação fraterna é importante o diálogo do gestor escolar com a família do aluno, tendo em vista que a educação e os princípios passados pelos pais devem ser convergentes com os passados pela escola. Entretanto, a convivência entre a escola e a comunidade requer boa vontade e interesse das partes envolvidas, quando isto ocorre a escola é revalorizada pela comunidade. E a cultura da violência, tantas vezes presente na escola, cede lugar a uma convivência social alegre e pacífica, sendo esta uma importante função social da escola (PENIN; VIEIRA, 2002).

Conclusões

Os breves relatos de três gestores mostram, a nosso ver, que o tema diversidade sexual e de gênero em âmbito escolar ainda é tratado como delicado. É preciso tratar do tema por poder haver discriminações, inclusive com agressões físicas, no próprio âmbito escolar. Em pesquisa divulgada pela Agência Brasil mais de um terço de alunos LGBT sofreram agressões físicas na escola¹². Referida pesquisa pode ser confirmada através de uma simples procura em site de busca onde podemos encontrar notícias do tipo “Aluno gay é espancado a pauladas por cinco jovens em frente à escola em SP”¹³, “Morre filho de casal gay agredido em porta de escola”¹⁴, “Aluno do RS é agredido na saída da escola por ser gay”¹⁵, “Educadora denuncia discriminação de gênero em escola”¹⁶, “Servidor público transexual alega ter sido vítima de transfobia em escola de SP”¹⁷.

Assim, a nosso ver, a discussão não deveria ser se o tema deve ou não ser incluído no conteúdo programático das escolas, como foi debatido a época de elaboração do PNE, mas sim, de que forma o debate sobre a diversidade sexual e de gênero pode ser incluído no ambiente escolar, com a finalidade de criar cidadãos conscientes e fraternos. Tendo em vista

¹² TOKARNIA, M. Mais de um terço de alunos LGBT sofreram agressão física na escola, diz pesquisa. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mas-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ja-foram-agredidos-fisicamente-diz>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹³ SCHIAVONI, E. Aluno gay é espancado a pauladas por cinco jovens em frente a escola em SP. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/24/aluno-gay-e-espancado-a-pauladas-por-cinco-jovens-em-frente-a-escola-em-sp.htm>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹⁴ ALBUQUERQUE, S. Morre filho de casal gay agredido em porta de escola. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/morre-filho-de-casal-gay-agredido-em-porta-de-escola-12032015>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹⁵ MARTINS, F. Aluno do RS é agredido na saída da escola por ser gay; professores teriam ignorado o bullying. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/20/aluno-do-rs-e-agredido-na-saida-da-escola-por-ser-gay-professores-teriam-ignorado-bullying.htm>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹⁶ EDUCADORA denuncia discriminação de gênero em escola. Disponível em: <http://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id_1=4942>. Acesso em 21 de nov. de 2017.

¹⁷ MARIN, Ana. Servidor público transexual alega ter sido vítima de transfobia em escola de SP. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/servidor-publico-transexual-alega-ter-sido-vitima-de-transfobia-em-escola-de-sp.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar>. Acesso em 21 de nov. de 2017.

que a diversidade sexual e de gênero está inserida de diversas formas no ambiente escolar, quer o PNE regulamente ou não, nas salas de aulas, nos corredores, na sala de professores a discussão do assunto é constante.

No entanto, na contramão da função social da escola, o atual Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação de Sergipe não tratam em seus textos sobre qualquer tipo de gênero nas escolas. Entretanto, os gestores escolares, a nosso ver, não podem fechar os olhos para este debate. Isto porque, as questões referentes à diversidade sexual e de gênero estão presentes no dia a dia da sociedade, refletindo diretamente no ambiente escolar e nas relações estabelecidas neste. Exemplo disso temos a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 175 de 2013 que regulamenta a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. A adoção por casal homoafetivo também já é uma realidade no Brasil, reconhecido pela jurisprudência¹⁸.

Assim permanecem as inquietações: Como o gestor escolar, em âmbito da informação, pode criar condições favoráveis para tratar deste assunto? Os relatos dos três gestores entrevistados ainda revelam apesar de terem conhecimento da importância do debate do tema e da sua presença no cotidiano não tiveram a iniciativa de buscar parceiros extraescolares que tratem pedagogicamente sobre o tema diversidade sexual e de gênero.

Foi também observado nesse contato inicial que o debate pedagógico sobre o tema tem proporções bem tímidas, sendo tocado em eventos anuais ou a partir das inquietações ou problemas de violência, física ou verbal, ocasionados pelos alunos. Ficou claro, portanto, que o tema diversidade sexual e de gênero é levado para debate em situações pontuais não havendo um preparo pedagógico elaborado neste sentido.

Referências

BALDISSERA, R. **Por uma compreensão da comunicação organizacional**. In: SCROFERNEKER, Cleusa M. A. (Org.). O diálogo possível: comunicação organizacional e paradigma da complexidade. Porto Alegre: Edipurs, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de jun. de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, jun 2014.

BRASIL. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. **Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo**. Brasília, DF, maio 2013.

¹⁸ PORTAL BRASIL. STF reconhece adoção de criança por casal homoafetivo. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/ministra-do-stf-reconhece-adoacao-de-crianca-por-casal-homoafetivo>>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

CÂMARA veta “ideologia de gênero” no Plano Municipal de Educação. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/politica-leitura/89667/camara-veta-ideologia-de-genero-no-plano-municipal-de-educacao.html#.Wbwoi8iGPIU>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Revista Teoria e Prática**, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1990, pp. 177-229.

COELHO, L. J. **Diversidade sexual e ensino de ciências**: buscando sentidos. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Bauru/SP, 2014.

COSTA, E. A. Motivações para a Estratégia. In: _____. **Gestão estratégica**: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Cap. 1, p. 7-18.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral**: previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GENEROSO, I. M. **Gestor e o papel de comunicador**: entre a informação e a Interação. In: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre/RS, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Lei nº. 8.025 de 04 de setembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação – PEE, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=SE&tipoinfo=1>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

LESSA, L. **Colégio Estadual Professor Barreto Fontes realiza projeto contra gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis**. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/portaldoaluno/noticia.asp?cdnoticia=12371>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

MINTZBERG, H. The manager's job: Folklore and fact. **Harvard Business Review**, Watertown, Massachusetts, Mar./Abr., p. 163-176, 1990 (traduzido).

MOURÃO, I. G. **Comunicação organizacional, teoria e práxis**: um estudo sobre o discurso da comunicação no contexto das organizações. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). PUC Minas, Belo Horizonte/MG, 2014.

OLIVEIRA, A. L. **Discursos sobre corpo, gênero e sexualidade na educação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

PENIN, S. S.; VIEIRA, S. L. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, S. L. (Org.). **Gestão escolar**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROCHA, N. H. N. **Questões de gênero e sexualidade na escola**: discutindo políticas públicas e formação pedagógica. 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2015.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/redeestadual/escolas-rede.asp>>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

SILVA, J. **Gênero e sexualidade no ambiente escolar: Concepções das diretoras frente a preconceitos e discriminações com estudantes LGBTQT**. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Do Sul De Santa Catarina, Tubarão/SC, 2015.

SOUSA, K. A. **Trabalhando o gênero em sala de aula**. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58485>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

TÔRRES, R. **Votação do Plano Nacional de Educação é adiada para esta quarta-feira**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/465546.html>>. Acesso em: 08 de out. de 2017.